

L E I Nº 1.168/73

Data : 13 de novembro de 1973.

Súmula: Transforma a Fundação Educacional de Bandeirantes em Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel” e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - A Fundação Educacional de Bandeirantes, instituída pela Lei Municipal nº 705, de 30 de maio de 1968, com o objetivo especial de administrar o FUNDO MUNICIPAL DE ENSINO DE BANDEIRANTES, a Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, anteriormente denominada “Escola Superior de Agronomia de Bandeirantes” e de outras instituições de caráter educacional de grau superior e médio que vierem a ser criados pelo Município de Bandeirantes ou pela própria FUNDAÇÃO FACULDADE DE AGRONOMIA “LUIZ MENEGHEL” (FFALM), com a estrutura estabelecida nesta Lei, autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, e se regerá pela Legislação Federal e Estadual aplicável e pelos seus estatutos e regimentos.

Artigo 2º - O Patrimônio da Fundação, além dos que o Município de Bandeirantes destinar à instituição, será constituído:

A) Dos bens móveis, imóveis, direitos, equipamentos e instalações pertencentes à Fundação Educacional de Bandeirantes e os que forem destinados à Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”;

B) Dos saldos dos exercícios da Fundação Educacional de Bandeirantes;

C) Das dotações consignadas, ou que vierem a ser consignadas no orçamento da União, do Estado do Paraná e quaisquer Municípios ou de outras entidades públicas, federais ou estaduais, em favor da Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel” ou em nome da Fundação Educacional de Bandeirantes;

D) De auxílios, doações, legados e quaisquer contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, inclusive entidades internacionais, relativos à Fundação Educacional de Bandeirantes ou à Fundação Faculdade “Luiz Meneghel”.

Artigo 3º - A Receita da Fundação será constituída de:

- A) Dotações orçamentárias do Município;
- B) Auxílios, subvenções federais, estaduais, municipais e doações;
- C) Rendas Patrimoniais;
- D) Rendimentos de serviços prestados;
- E) Taxas, emolumentos e contribuições escolares;
- F) Outras doações de quaisquer entidades ou pessoas.

Artigo 4º - São órgãos da Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”:

- A) De execução: Direito;
- B) De deliberação: Conselho Diretor e Departamental;
- C) De fiscalização econômico-financeira: Conselho de Curadores.

Artigo 5º - O Conselho Diretor é o órgão máximo de deliberação, de controle normativo e será composto de 8 (oito) membros:

- 1 – Prefeito Municipal;
- 2 – Diretor da Fundação Faculdade;
- 3 – Um professor escolhido pelo Prefeito Municipal, de lista tríplice apresentada pelo corpo docente da Faculdade, escolhido em escrutínio secreto, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por uma só vez;
- 4 – Um professor, escolhido, pela Câmara Municipal, da relação do corpo docente da Fundação Faculdade;
- 5 – Três representantes da comunidade, incluindo as classes produtoras e os clubes de serviço, de livre nomeação do Prefeito Municipal, escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, com mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução por uma só vez;
- 6 – Um representante dos estudantes, eleito pelo corpo discente, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Único – O Conselho Diretor será presidido pelo Diretor da Fundação Faculdade, que terá, apenas, voto de minerva.

Artigo 6º - A Diretoria, órgão Executivo e de representação de entidade perante terceiros, judicial e extrajudicialmente, é exercida pelo Diretor, na forma dos Estatutos.

Artigo 7º - O Diretor e o Vice-Diretor, obrigatoriamente engenheiros agrônomos, serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, para o mandato previsão na Legislação Federal, de 4 (quatro) anos, dentre professores em exercício, constantes de lista sêxtupla elaborada pelo corpo docente, com os seis nomes mais votados em escrutínio secreto, vedado o exercício de dois mandatos consecutivos.

Artigo 8º - O Conselho de Curadores, nomeado pelo Prefeito Municipal, será composto de 2 (dois) professores em exercício na Fundação Faculdade, indicados em lista sêxtupla pelo corpo docente, com os seis nomes mais votados em escrutínio secreto, e por 1 (um) representante da comunidade, de ilibada reputação e notória competência contábil, para o mandato de 3 (três) anos.

Artigo 9º - O Conselho Departamental é constituído pelo Diretor, vice-diretor, chefes de departamentos, um (1) professor de cada Departamento, representando os auxílios de ensino e a representação discente, na forma da Lei.

Artigo 10 - Compete ao Conselho Diretor:

A) Elaborar os Estatutos da Fundação e aprovar o regimento da vida escolar da Faculdade, proposto pelo Conselho Departamental;

B) Aprovar a proposta orçamentária e fiscalizar a execução do Orçamento;

C) Decidir sobre a aceitação de legados e doações de qualquer natureza;

D) Aprovar os balancetes e a prestação de contas do Diretor;

E) Examinar, a qualquer tempo, a contabilidade e a respectiva documentação da Fundação da Fundação;

F) Aprovar convênios com outras entidades públicas o particulares;

G) Deliberar sobre proposições ou pedidos de criação ou autorização de novos cursos;

H) Autorizar o Diretor a adquirir, onerar, ceder, locar, tomar em locação e arrendar imóveis, alienar quaisquer bens, ceder ou locar imóveis, equipamentos ou veículos, contrair empréstimos ou realizar operações de crédito;

I) Fixar anualmente, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Departamental, o número de docentes e demais empregados da Fundação,

em cada categoria ou nível assim como estabelecer os respectivos valores de remuneração;

J) Estabelecer as tabelas de anuidades dos cursos e o valor dos serviços mantidos pela Fundação, das Taxas e emolumentos;

K) Declarar, por maioria absoluta de votos, a extinção do mandato de qualquer de seus membros, nas hipóteses previstas no parágrafo único deste artigo, e promover o preenchimento do cargo, pelo restante do prazo;

L) Apreciar quaisquer assuntos que importem em atos da administração.

Parágrafo Único – O mandato dos membros do Conselho Diretor será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos:

I – Morte;

II – Renúncia;

III – Ausência a três (3) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercalados, dentro de um ano;

IV – Licença, por motivo de doença, contínua ou interrompida, quando o prazo for superior a seis (6) meses;

V – Procedimento incompatível com a dignidade das funções;

Artigo 11 – Compete ao Conselho de Curadores:

A) Examinar e emitir parecer sobre os balancetes e prestação de contas do Diretor;

B) Executar o planejamento didático-pedagógico e científico da Fundação;

C) Distribuir o pessoal docente nas atividades de ensino e pesquisa;

D) Elaborar o currículo do curso;

E) Organizar e promover qualquer concurso relacionado com as atividades da FFALM;

F) Elaborar e propor ao Conselho Diretor, o Orçamento anual da FFALM.

Artigo 13 – O pessoal administrativo, técnico e docente da Fundação, ficará sujeito à legalização trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua duração, a forma e o montante da remuneração.

Artigo 14 – A Fundação remeterá ao Prefeito Municipal:

A) Até o dia 1º (primeiro) de março, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior, acompanhado de prestação municipal;

B) Até o dia 31 de junho, a proposta orçamentária para inclusão no orçamento geral do Município;

C) Até o dia 15 de dezembro, a prestação de contas referente à subvenção municipal.

Artigo 15 – Para proceder às medidas preliminares de transformação da Fundação Educacional de Bandeirantes em Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, fica constituída pela Prefeito Municipal, uma Comissão Especial, composta de 1 (um) membro do atual Conselho Diretor, 1 (um) membro corpo docente e 1 (um) vereador indicado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – À Comissão compete:

I – Elaborar, no prazo de 30 (trinta) dias, ante-projeto dos Estatutos da Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, observadas as disposições desta Lei e submetê-lo à aprovação do Prefeito Municipal.

II – Diligenciar para a composição dos órgãos da Fundação no que for necessário;

III – Praticar os atos necessários ao seu desempenho e os que lhe forem solicitados pelo Poder Executivo;

Artigo 16 – Durante o período de transição para a transformação da Fundação, não se fará nenhuma alteração no vigente processo de provisão de recursos financeiros, de modo a ser garantida a perfeita normalidade no cumprimento das obrigações financeiras.

Artigo 17 – Realizada a composição dos órgãos da Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, o Diretor fará as gestões necessárias para a preparação do processo de pedido de reconhecimento da entidade, na forma da Lei.

Parágrafo Único – Com a composição dos órgãos da Fundação, extinguir-se-á automaticamente, a Comissão Especial.

Artigo 18 – Qualquer alteração dos estatutos da Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, deverá ser aprovada por decreto do Poder Executivo de Bandeirantes.

Artigo 19 – O Município intervirá, obrigatoriamente, nas causas judiciais em que a Fundação Faculdade figurar como autora ou ré.

Artigo 20 – A Fundação Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel” funcionará no mesmo local onde vem funcionando regularmente a Faculdade de Agronomia “Luiz Meneghel”, no quilômetro 54 da BR-369, nesta cidade.

Artigo 21 – O Prefeito Municipal ou os membros do Conselho Diretor pelo voto de 1/3 dos seus membros, poderão apresentar proposta ou pedido de criação ou autorização de novos cursos ao referido Conselho.

Parágrafo Único – Somente por decisão de 2/3 dos membros do Conselho Diretor poderá ser recusada a proposta referida neste artigo.

Artigo 22 – O Prefeito Municipal ou os membros do Conselho Diretor pelo voto de 1/3 de seus membros, poderão designar pessoa de ilibada reputação e notória competência técnica para as providências necessárias à autorização e funcionamento de novos cursos, junto aos órgãos competentes.

Artigo 23 – Os atuais Diretor e vice-diretor completarão os seus mandatos e os Conselhos Diretor e de Curadores, com a extinção dos mandatos de seus membros, operada pela presente Lei, terão os cargos preenchidos nos termos dos artigos 5º e 8º desta Lei.

Artigo 24 – As instalações da Fundação Faculdade serão utilizada pelos novos cursos que vierem a ser criados ou autorizados.

Artigo 25 – Para fins de prestação de contas, a gestão da Fundação Educacional de Bandeirantes, fica prorrogada até 31 de janeiro de 1974, para que, ao seu Presidente, sejam, obrigatoriamente, prestadas as contas do exercício financeiro de 1973.

Artigo 26 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos da Lei nº 705, de 30 de maio de 1968, que com ela conflitam e demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 13 de novembro de 1973.

Jamil Fares Midauar
Prefeito Municipal

Osmar Ortega
Oficial Administrativo